



Educação para o desenvolvimento territorial: notas sobre a formação de recursos humanos no território do nordeste paraense

Waldiléia Rendeiro da Silva Amaral¹; Romier da Paixão Sousa²; Ruda Galileu da Silva Lima³, Rodrigo Carvalho Gomes⁴.

¹Agrônoma e Doutora em Ciências Sociais com ênfase em sociologia pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora associada ao Núcleo de Educação e Agroecologia/IFPA/ campus Castanhal, Email: walamaral 2013@gmail.com; ²Agrônomo e Doutor em Estudos sobre o meio ambiente pela Universidad Pablo de Olavide – Espanha. Educador do Instituto Federal do Pará, Campus Castanhal, Email: romier.sousa.ifpa@gmail.com; ³Bacharel em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná, UNOPAR, assessor territorial para gestão social no Projeto Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial na Amazônia Oriental, Email: ruda.lima@gmail.com; ⁴Agrônomo e mestrando em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal do Pará, Campus Castanhal, Email: rodrigogomes_20@hotmail.com.

Resumo: Este trabalho procura relatar uma experiência da equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do nordeste Paraense (NEDET) - ancorado em 2015 pelo Instituto Federal de Educação do Pará- IFPA/Campus Castanhal - em parceria com o Núcleo de Educação e Agroecologia do Instituto em atividades de formação visando fortalecer ações do Colegiado Territorial de Desenvolvimento – CODETER dos Territórios da Cidadania. Analisamos o processo de formação como oportunidade que pode contribuir para qualificar a leitura crítica e reflexão das lideranças sobre a problematização da realidade local, contribuir para o planejamento de reações práticas sobre o território a partir da realidade e reforçar as identidades territoriais, mesmo convivendo num contexto social econômico, político e ambiental complexo e diverso.

Palavras-chave: Troca de saberes; Políticas públicas; Agroecologia.

1. Sobre o contexto territorial e a dinâmica socioambiental

O território do Nordeste Paraense é antigo, heterogêneo, complexo e o mais devastado do estado segundo Barbosa *et al* (2011). A história de ocupação abriga relação com os diferentes movimentos históricos dos fluxos migratórios ligados à colonização do século XVI e onde os impactos



da perda de sua cobertura vegetal pela ação do homem podem ser mais evidenciados no longo período (Conceição, 1994; Costa, 2000; Hurtienne, 2005; Barbosa *et al*, 2011). Os programas governamentais de desenvolvimento agropecuário implementados para a Amazônia causaram profundas mudanças na estrutura econômica, demográfica e ecológica da região (Hurtienne, 2005) e foram sentidas em âmbito local pelos povos tradicionais que sempre estiveram à margem do processo de formulação das políticas de desenvolvimento para a região. Nesse contexto, o processo mecanizado para a implantação de sistemas agropastoris e de projetos de grande dimensão na área de extração minero-metalúrgica, promovido pelo estado, faz parte desse movimento de substituição das práticas socioeconômicas endógenas por àquelas da agricultura mecanizada BARBOSA *et al* (2011): Portanto, diminuir os efeitos desse movimento exige o redirecionamento das políticas públicas voltadas ao uso da terra e a readequação nas áreas já exploradas.

Em meados dos anos 2000, ações relacionadas ao âmbito das políticas públicas, com abordagem territorial sustentável, iniciam no Brasil com a ideia de considerar a especificidade de cada território e envolver a integração de atores na produção de um laço político e social (Sabourin et al, 2016). O Programa Territórios da Cidadania foi lançado em 2008 pelo Governo Federal com intuito de promover o acesso a programas básicos de cidadania por meio de ações de apoio à atividade produtiva e de acesso a direitos.

Nesta direção, há investimento da institucionalização do Colegiado Territorial de Desenvolvimento – CODETER dos Territórios da Cidadania como um fórum de discussão que pode influenciar ações locais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, que envolve atores e categorias locais da sociedade civil e atores do governo e dos municípios. Desse modo o Núcleo de extensão em desenvolvimento territorial do nordeste Paraense – NEDET atua a partir das demandas estabelecidas nos Colegiados Territoriais (CODETER).

Este trabalho, portanto, pretende apresentar e dar conhecimento de uma experiência vivenciada pelo NEDET no período março de 2015 a meados de 2016 no processo de prestação de assessoria aos agentes de desenvolvimento territorial que participam do CODETER, com intuito de fortalecer o



capital social, através de processos educativos voltados para a compreensão das realidades dos territórios.

2. Para começar, é necessário sinergia

O Território da cidadania Nordeste do estado do Pará abrange uma área de 68.753,78 Km² (MDA, 2015) e é composto com uma diversidade do meio biofísico e social que desafia a articulação e mediação na construção deste espaço de desenvolvimento rural, composto por vinte municípios conforme mostra a Figura 1.

Nesta dinâmica de construção coletiva de conhecimento tem sido imprescindível a construção de metodologias de trabalho que se estabeleçam como princípio formativo, possibilitando o sinergismo entre diferentes formas de conhecimentos dos agentes sociais envolvidos. Desse modo, reuniões fazem parte do planejamento entre o núcleo diretivo do CODETER com o NEDET para a organização de agenda local (Figura 2). Temas como Desenvolvimento, Território, Políticas públicas, Agroecologia e Sustentabilidade são pautados pelo Conselho. Por requerer uma logística complexa devido à distância entre os municípios do Território e deslocamentos, os encontros são definidos por “blocos” de municípios para obter maior representatividade de organizações sociais e das dinâmicas territoriais vinculadas à agricultura camponesa. Desse modo foram sugeridos três capacitações no território agrupando os municípios mais próximos um do outro:

O bloco um envolveu os municípios de Bujaru, Concórdia do Pará, São Domingos do Capim e Tomé-Açu; bloco dois: Capitão Poço, Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará, Irituia, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Garrafão do Norte e São Miguel do Guamá. O bloco três, que ainda não aconteceu a atividade de capacitação, é composto pelos municípios de Aurora do Pará, Mãe do Rio, Ipixuna do Pará e Paragominas.

Para os encontros com caráter formativo nos dois primeiros blocos foi adotado o processo de mobilização por intermédio do Núcleo Diretivo do CODETER, onde os mesmos fornecem aval das cartas convites, ofícios aos sujeitos e instituições que compõe ou não o plenário do CODETER. O



NEDET assumiu em conjunto com o Núcleo Diretivo o papel de construir estratégia de mobilização, levando em consideração os agentes do poder público e da sociedade civil.

3. “De boca em boca a mobilização correu solta”

A mobilização aconteceu a partir de conversas por via telefônica, envio de e-mail e dos recados durante realização das atividades das instituições do território, ainda que várias entidades não tenham respondido aos chamados, principalmente do Bloco um, mas foi possível garantir a presença de representantes da Secretaria Municipal e estadual de Agricultura, de Associações (dos Agricultores e Agricultoras e Remanescentes de Quilombo) e do Sindicato dos Trabalhadores empregados, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará –, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, rurais (SINDTER).

4. As oficinas de formação: acolhimento e programação

Duas oficinas realizadas aconteceram nas sedes do município de Concórdia do Pará e de Capitão Poço. Uma ocorreu nas dependências do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP e a segunda, realizada na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), no Campus de Capitão Poço, contou com o apoio do Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA). As oficinas objetivaram mobilizar e fortalecer as instituições do CODETER a partir de capacitações sistemáticas voltadas aos conceitos sustentáveis de desenvolvimento rural.

A metodologia utilizada nos dois encontros estimulou a participação de representantes de diferentes categorias da sociedade civil e do poder público e nas interações dialógicas oportunizou construir um olhar crítico sobre a realidade do território e uma reflexão da importância do CODETER para o território, atentando para as potencialidades, limitações e desafios para aproxima-lo do território. Nos dois lugares onde ocorreram as atividades procurou-se preparar o ambiente de acolhimento dos participantes com objetos referentes ao campo - sementes, frutas, enxada, terçado, dentre outros. No



início das atividades uma dinâmica de “quebra gelo” (como se diz por aqui) foi feita. Em Concórdia do Pará cada participante recebeu uma bexiga de ar (balão) e encheu-a com intuito de mantê-la no ar. À medida que caía no chão, os participantes saíam e diziam seus nomes e da organização que representavam. Essa dinâmica oportunizou as apresentações das pessoas e uma reflexão de que todos juntos conseguem alcançar os objetivos. “Juntos somos fortes, separados somos fracos”. Em seguida fez-se a apresentação da metodologia.

Em Capitão Poço uma técnica de dinâmica de grupo do tipo “teia de relações e colaboração”, que se deu com o entrelaçar das mãos dos participantes com a finalidade posterior de desatar tal entrelaçar. Passaram-se alguns minutos e não se conseguiu resolver o problema, ficando então como ensinamento que não podemos “desatar os nós” de nossa vida em sociedade se não procurarmos nos centrar na colaboração coletiva, e isso instigou várias falas que indicavam a importância da política de desenvolvimento com princípio de território.

5. Os temas abordados e refletidos.

As oficinas contaram com três momentos diferentes. O primeiro contou com a elaboração coletiva do conceito de território, territorialidade e desenvolvimento rural, cujo ponto central do debate continha como estratégia refletir a promoção de políticas públicas de diferentes dimensões, em reação ao modelo e a noção de desenvolvimento centrado nas dinâmicas exógenas. Em trabalho de grupo foi possível elaborar a linha do tempo do Programa Territórios Rural e da Cidadania no nordeste paraense e discutir o potencial e limites do conselho. Em todos os Grupos de Trabalhos foi explicado como é formado o CODETER – Plenária, Núcleo Diretivo, Câmaras Temáticas - e quem faz parte como poder público e sociedade civil organizada.

Um balanço da discussão que se pode depurar dos grupos é: a importância do CODETER para o desenvolvimento dos territórios, mas que precisa ser mais consistente e presente, que os 50% (poder público) 50% (sociedade civil) se façam mais presentes nas reuniões do território, e que as reuniões do CODETER possam ser mais bem divulgadas. Por conta da dimensão e distância entre os municípios é



necessário criar espaços coletivos municipais para que cada município tenha seu próprio espaço para essas discussões; a fim de pensar numa comunicação e descentralização das informações como forma que chegue a todos os municípios e não apenas aos mais próximos. A necessidade de construir um projeto de desenvolvimento territorial com ações estratégicas para os municípios com saneamento básico, hospitais e geração de renda para a população do campo; melhor educação e mais investimento para as políticas públicas da agricultura familiar.

No segundo momento da programação houve um debate sobre a conjuntura da política territorial no nordeste paraense, Amazônia e Brasil: balanço e perspectivas, tendo como expositor representante da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário (DFDA) do Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA) que versou sobre as políticas e programas voltados para a agricultura familiar com o PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da Política de Habitação. Em sua explanação o representante do MDA destacava as políticas públicas para agricultura familiar presentes nos municípios representados no evento.

O terceiro momento constituiu-se da interação do diálogo entre os participantes a respeito dos temas de sustentabilidade e agroecologia no Território, que foram tecidos a partir do tema: “práticas de Desenvolvimento Rural Sustentável no Território do Nordeste Paraense”. Assim, buscou-se valorizar as experiências territoriais de desenvolvimento social e de práticas com enfoque agroecológico.

6. “Eu nem sabia que no território havia essas experiências”: partilhando saberes (loais e acadêmicos)

Como a proposta é valorizar as experiências locais foram convidadas para o terceiro momento: associações, cooperativas, grupos de mulheres que puderam falar das suas diferentes formas de trabalho e produção, articulando com as políticas públicas territoriais, como o Programa de Compra Antecipada da CONAB (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), principais políticas debatidas nos espaços de formação.



As pesquisas desenvolvidas acerca do Sistema Agroflorestal (SAF) em Tomé Açu e consórcios de frutíferas e dendê, realizadas pela EMBRAPA, também foram focos de reflexões juntamente com iniciativas desenvolvidas pelos próprios agricultores. Estes diálogos de saberes e práticas foram fundamentais para o processo de compreensão dos temas tratados durante as experiências de formação, assim como para que as lideranças percebessem a importância das experiências agroecológicas no seu próprio território. Na ocasião houve até relato de pessoas que não conheciam as experiências locais apresentadas como demonstra parte da fala de uma agricultora presente no evento, expressada no item que inicia essa sessão.

Após debate intenso sobre as temáticas propostas, foram feitas as considerações por parte do CODETER e NEDET e uma avaliação da capacitação. Avaliaram positivamente o espaço, a metodologia e a forma de mediação.

7. Sem concluir, para continuar.

Analisamos o processo de formação como mecanismo que pode contribuir para qualificar a leitura crítica e reflexão das lideranças sobre a problematização da realidade local, contribuir para o planejamento de (re) ações práticas sobre o território a partir da realidade e demanda sócio produtiva dos municípios e reforçar as identidades territoriais, mesmo convivendo num contexto complexo e diverso.

Referências

BARBOSA, M.J; REIS, A.A.; ANDRADE, W.D.C.; MACIEL, A.B.; ALMEIDA, V.F.; SILVA, W.C.; NUNES, G.R.; CRUZ, W.C. *Relatório analítico do território nordeste paraense: desenvolvimento sustentável e gestão estratégica dos territórios rurais no estado do Pará*. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra061.pdf>. Acesso em: 01/09/2016.

MDA. SDT/MDA. *Caderno Territorial Nordeste Paraense. Desenvolvimento Territorial*. Brasília, 2015. Disponível:



http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_061_Nordeste%20Paraense%20-%20PA.pdf. Acesso: 08/02/2017.

CONCEIÇÃO, Maria de F. C. da. *Projetos de colonização: as grandes questões*. IN: IBAMA. *Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental – temas básicos*. Brasília: IBAMA, 1994.

HURTIENNE, Thomas. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia*. *Novos Cadernos do NAEA*, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71. jun. 2005.

SABOURIN, E. P.; MASSARDIER, G.; SOSTOMAYOR, O. In: *Las políticas de desarrollo territorial rural en América latina: una hibridación de las fuentes y de la implementac* In: *Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública Volumen 3, Número 1 - mayo 2016* . pg: 75-98.

ANEXOS

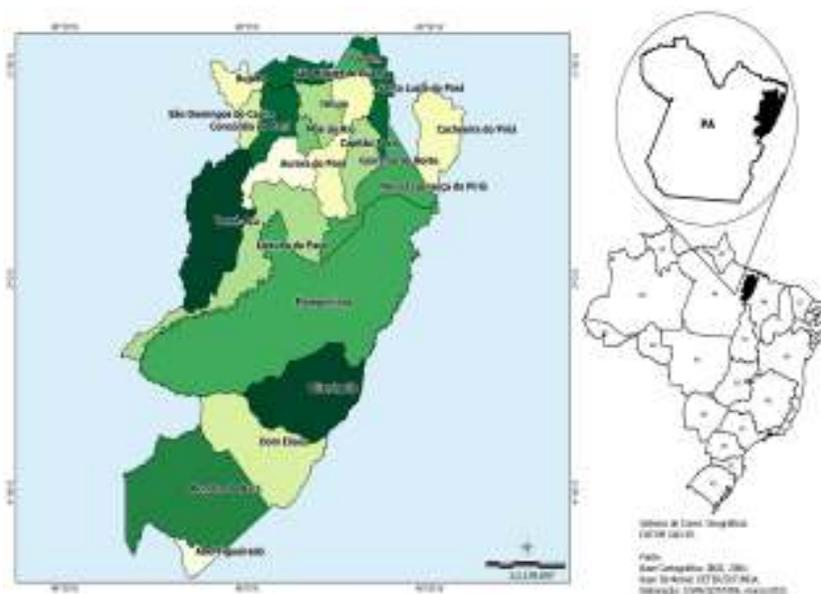


Figura 1: Municípios que compõem o território do Nordeste
Fonte: IBGE (Base cartográfica), 2006.



Figura 2: Reunião de planejamento com o núcleo diretivo CODETER e NEDET
Fonte: Arquivo NEDET/2016



Figura 3: Capacitação dos membros do CODETER
Fonte: Arquivo NEDET/2015